

# A complicada tarefa de desagradar os eleitores

por Eliane Cantanhêde  
de Brasília

Cumpriu-se a profecia dos principais caciques políticos: o governo não conseguiu, neste segundo semestre, repetir o mesmo êxito que tivera no Congresso ao longo do primeiro. Até os motivos foram previamente identificados: aprovar questões abstratas como a quebra dos monopólios acabou mesmo sendo mais fácil do que promover drásticas mudanças nas vidas dos cidadãos — leia-se eleitores.

Assim, o semestre legislativo chegou ao fim na sexta-feira passada sem que as reformas da Previdência Social e da Administração Pública, entre outras, tivessem sido aprovadas. Perde o governo, que as propôs ao Congresso e contava com elas para controlar as contas públicas. Mas perde também, por exemplo, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), que havia publicamente apostado que essas duas reformas seriam aprovadas em primeiro turno.

Antes de adiar a convocação extraordinária para o próximo dia 8 de janeiro, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), ouviu os argumentos do presidente Fernando Henrique Cardoso — que lhe telefonou diretamente da China — e correu para garantir a votação dos projetos que gerem receitas para a União. O principal exemplo foi o do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), idealizado para despejar R\$ 5,7 bilhões no Tesouro no próximo ano.

Além das dificuldades intrínsecas das reformas que mexem com milhões de

contribuintes da Previdência Social e de funcionários públicos, houve também os previsíveis problemas com os bancos, nesta etapa do processo de estabilização da economia. No caso do Econômico, que estourou ainda no final de julho, as seqüelas políticas foram o estremecimento da unida bancada baiana com o Palácio do Planalto e o desvio das artilharias do poderoso senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) contra a diretoria do Banco Central.

As relações deterioraram-se de vez com o sucessor do “grampo” no comando da crise: a “pasta rosa”, contendo a lista de candidatos às eleições de 1990 que foram beneficiados por verbas no total de US\$ 2,4 bilhões do combalido Banco Econômico.

## **Novo ano vai começar com assuntos nada fáceis como o Sivam e o FEF**

No caso do Banespa, que colocou novamente o BC no centro do furacão, os adversários foram, de novo, pesos pesados: o governador de São Paulo, Mário Covas, toda a bancada paulista no Congresso Nacional e, de quebra, na Assembléia Legislativa. O presidente do BC, Gustavo Loyola, conseguiu atrair, simultaneamente, a ira das duas bancadas mais fortes que se aliam ao governo federal: a do PFL da Bahia e a do PSDB de São Paulo. É por isso que termina o ano numa delicada situação política.

Para completar as dificuldades do Executivo no Congresso, houve também os chamados “acidentes

de percurso”, refletindo diretamente sobre o cacife político do governo e do próprio presidente da República. O primeiro, e por isso mesmo mais grave, foi o do “grampo” nos telefones particulares do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, então chefe do Cerimonial da Presidência da República. A partir daí, reacendeu-se a chama das denúncias.

Além de Gomes dos Santos, que perdeu o cargo e a indicação para ser embaixador no México, as principais vítimas do “grampo” foram o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, substituído pelo seu antecessor, Lélcio Lobo, e o ex-secretário particular de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Grazziano. Apontado como suspeito número um da ordem que gerou a escuta telefônica e a crise política, Grazziano acabou caindo da presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nem bem essa crise parecia contornada, quando atingiu em cheio o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Na fita gravada pela Polícia Federal, o embaixador conversa com o empresário José Afonso Assumpção, dono da Líder Táxi Aéreo e um dos representantes da Raytheon (a empresa selecionada para o Sivam) no Brasil.

O novo ano vai começar com assuntos políticos nada fáceis: Sivam, Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), contribuição dos autônomos para a Previdência Social e reforma ministerial. O presidente Fernando Henrique não teve sucesso na sua estratégia de esvaziar a crise com a viagem à Ásia e uma longa ausência de Brasília.